

*ATENÇÃO: Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a peça profissional. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06(seis) deste caderno.



2513027659

DIREITO CONSTITUCIONAL

31	e ainda o encerramento das atividades empresariais na cidade em um
32	período de até 30 (trinta) dias, sob pena de interdição e de
33	do estabelecimento.
34	O ato do Secretário foi revogado com base no Decreto Muni-
35	cipal nº 5.678/14, sendo este um decreto em matéria municipal, o
36	que veda a instalação de lojas de produtos eletrônicos em bairros de
37	perfil residencial, determina a aplicação de multa e estabelece um pra-
38	zo de até 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades em-
39	presariais no município.
40	O respectivo processo administrativo que culminou na emi-
41	ssão da notificação foi aberto, para fim de apuração de danos,
42	contudo, não foi oportunizada a at defesa da empresa, em pla-
43	mento ato de ilegalidade e arbitrariedade.
44	
45	III - DA MEDIDA DE URGÊNCIA
46	A medida de urgência em sede de mandado de segurança
47	está prevista no art. 7º, III, da Lei 12.016/09.
48	O fumus boni iuris fica evidenciado pelos fatos narrados
49	e a documentação anexa.
50	O periculum in mora está colocado na necessidade de opor-
51	tar de suspender o pagamento da multa, bem como permitir a con-
52	tinuidade do exercício das atividades empresariais, sob pena de ca
53	causar prejuízos econômicos de grande monta, inviabilizando a ma-
54	ntinuação das atividades.
55	
56	IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA
57	O mandado de segurança está previsto no art. 5º, LXIX, da CR-
58	FB/88, sendo cabível para a proteção do direito líquido e certo, quan-
59	do o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade
60	pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições

33/13 - LOTE 18 - DF